

UNILASALLE NA COMUNIDADE: MEMÓRIAS DE PROJETOS SOCIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

UNILASALLE IN THE COMMUNITY: MEMORIES OF SOCIAL PROJECTS AND UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY

Renaldo Vieira de Souza^I 

Maria de Lourdes Borges^{II} 

Fadua Ionara Andrade de Andrade^{III} 

^I Universidade La Salle,
UNILASALLE, Canoas, RS,
Brasil. Doutor em Educação.
E-mail: renaldo.souza@unilasalle.
edu.br

^{II} Universidade La Salle,
UNILASALLE, Canoas,
RS, Brasil. Doutora em
Administração. E-mail: maria.
borges@unilasalle.edu.br

^{III} Universidade La Salle,
UNILASALLE, Canoas, RS,
Brasil. Mestre em Educação.
E-mail: faduaionara@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda o tema da Responsabilidade Social Universitária (RSU) e como a mesma se expressa por meio das práticas extensionistas. O objetivo deste artigo é o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle, na comunidade e sua relação com a RSU. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso com técnica de coleta de dados de análise documental e análise qualitativa dos dados. Os resultados indicam que o Tecnosocial Unilasalle executou sete projetos de extensão, favorecendo 714 catadores e catadoras de materiais recicláveis, nos 15 anos de implementação por meio de assessoria à gestão, fortalecimento aos princípios da economia solidária e das cooperativas, oficinas de psicoeducação e fortalecimento grupal. A análise da trajetória de implementação destes projetos sociais evidencia a presença da RSU na Universidade La Salle por meio de intervenções sociais que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, diferenciando-os de projetos assistencialistas, coerente com a filosofia lasallista.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Responsabilidade social universitária. Extensão universitária. Comunidade.

Abstract: This article addresses the topic of University Social Responsibility (USR) and how it is expressed through outreach practices. The objective of this article is to highlight memories of social projects carried out by the Tecnosocial of La Salle University, in the community and its relationship with the USR. This is a study with a qualitative approach, of the case study type with data collection technique of document analysis and qualitative data analysis. The results indicate that Tecnosocial Unilasalle has carried out seven extension projects, benefiting 714 waste pickers of recyclable materials, in the 15 years of implementation through management advice, strengthening the principles of solidarity

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v20i41.1253>

Submissão: 12-12-2023

Aceite: 26-02-2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

economy and cooperatives, psychoeducation workshops and group strengthening. The analysis of the trajectory of implementation of these social projects shows the presence of USR at La Salle University through social interventions that effectively contributed to the solution of concrete problems of society, differentiating them from welfare projects, consistent with the Lasallist philosophy.

Keywords: Social responsibility. University social responsibility. University outreach. Community.

Introdução

As universidades possuem um papel fundamental na sociedade, uma vez que, para além da formação de profissionais, também têm responsabilidade com a comunidade em que está inserida (Berto, 2011). Especialmente diante do aumento da pobreza e das desigualdades sociais, a sociedade espera que as universidades ajam em prol da promoção social dentro de princípios éticos (VALLAEYS, 2014). Surge então o conceito de Responsabilidade Social Universitária (RSU), a qual deve ser aplicada como uma política de gestão embasada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a extensão universitária emerge como um dos processos basilares na relação entre universidade e sociedade. Assim, os projetos de extensão, sob a perspectiva social, vinculam a universidade e a comunidade em uma via de mão dupla em termos de aprendizado, em que não somente a comunidade aprende, mas também a universidade.

O Tecnosocial da Universidade La Salle resultou do envolvimento desta Instituição de Ensino Superior (IES) com o desenvolvimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no seu entorno, iniciando informalmente em 2003 e ainda com projetos ativos. Diante disso, o objetivo deste artigo é o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle na comunidade e sua relação com a responsabilidade social universitária (RSU).

Para isso, inicialmente discute-se as origens e o conceito de responsabilidade social, em seguida apresenta-se a relação entre responsabilidade social universitária e o desenvolvimento do tema, sendo seguido de uma apresentação sobre extensão universitária.

Assim, entende-se a responsabilidade social como a consciência coletiva relativa à convivência responsável em sociedade. Ela provém da responsabilidade pessoal, que, segundo Gouveia et al. (2000), tem a ver com o fato de o ser humano viver em sociedade e, dessa forma, deve respeitar normas e compartilhar direitos e deveres com seus pares em nome da boa convivência. Os autores percebem a responsabilidade como algo intrínseco ao ser humano e afirmam que o indivíduo é cobrado por sua conduta em relação aos outros. Morin (2014, p. 117) reforça a ideia ao afirmar que “responsabilidade é noção humanista ética, que só tem sentido para o sujeito consciente”, ou seja, uma característica própria do ser humano, mas que depende do reconhecimento que parte de cada um para que seja verdadeiro. A responsabilidade só existe se, responsável, a pessoa se reconhecer. Assim, quando a responsabilidade para com os

demais é um sentimento desenvolvido em grupo, tem-se a responsabilidade social (GOUVEIA et al., 2000).

Já que a Responsabilidade Social é algo percebido como necessário e, de certa forma, ser um valor humano, o conceito passou a se consolidar na primeira metade do século XX, também no meio empresarial. Para Vallaeys (2014), isso se deu muito em razão dos efeitos colaterais produzidos pelas empresas, em especial pela atividade industrial, o que exigiu das empresas uma postura comprometida à mitigação e redução dos danos. Consta que o termo “responsabilidade social” passou maior associação às empresas mercantis após ser utilizado por Howard Bowen (1953), no livro intitulado *Social responsibilities of the businessman*¹. Em sua obra, o autor afirma que os homens de negócios em suas atividades acabam por influenciar as demais pessoas e seu entorno. Logo, cabe a eles a preocupação em manter iniciativas que constituam sua responsabilidade social. Já Silva (2014) acredita que os debates em torno da responsabilidade social das empresas se dão desde o início da era moderna, sendo à época, relacionados à necessidade de redução da pobreza. Entretanto, a autora reconhece que o recrudescimento do tema se deu entre 1960 e 1970, nos EUA, dessa vez também, associados a movimentos ambientalistas e à defesa dos direitos do consumidor. Em 2010, após cinco anos de discussão, a responsabilidade social recebeu uma definição formal pela Norma ISO 26000², conforme segue:

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas. (ISO 26000:2010).

Dessa forma, passa a ser parte da realidade das empresas a necessidade de assumir uma postura de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que é expressa por meio de ações que afetam positivamente, de maneira regional ou global, a sociedade (PINTO, 2013).

Cabe destacar, que não se pode confundir RSE com atos de caridade ou assistencialismo. Conforme Schwartzman (2005) e Pinto (2013), a realização de ações pontuais como campanhas de arrecadação, o descompasso entre o discurso e ação social ou, ainda, não propiciar um ambiente saudável para seus colaboradores, não caracterizam uma postura socialmente responsável das empresas. Pinto (2013) acredita que responsabilidade social significa enxergar além do negócio, concentrando esforços que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, por uma vida mais justa, digna e de qualidade.

Dessa forma, é possível notar um maior envolvimento das organizações em relação ao tema da responsabilidade social, apresentando-se como um avanço da consciência em relação aos efeitos das ações desenvolvidas no entorno social e no ambiente. Esta preocupação envolve

1 Responsabilidade social do homem de negócios (tradução nossa).

2 *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização), com sede em Genebra, na Suíça. Foi criada em 1946 e tem como associados organismos de normalização de cerca de 160 países. A ISO tem como objetivo criar normas que facilitem o comércio, promovam boas práticas de gestão, avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos.

de forma especial as universidades, que passam a ter em suas agendas a responsabilidade social universitária, conceito abordado a seguir.

Conforme percebe Silva (2014), a Responsabilidade Social se inicia, entre as organizações, no campo empresarial e se amplia para as demais, envolvendo entes da administração pública, privada, com ou sem fins lucrativos - incluindo, portanto, as universidades. Segundo a autora, no final do século XX, a discussão sobre a Responsabilidade Social Universitária (RSU) ganha espaço e passa a transversalizar os principais eixos do meio acadêmico: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Logo, a RSU identifica a origem e as características das práticas de responsabilidade social realizadas no campo da educação superior, pois é necessário distingui-la da RSE: de acordo com Vallaeys (2014) a definição de responsabilidade social da norma ISO 26000 é limitada para o contexto das universidades, ao passo que implica responsabilidade somente aos impactos diretos gerados pela organização, o que, na visão do autor, não constitui contribuição efetiva para o desenvolvimento da sociedade. Para Vallaeys (2014), a RSU tem que ir além dessa definição, sendo capaz de transformar as rotinas mentais de professores e professoras, alunos e alunas e corpo técnico-administrativo; ou seja, constituir-se em uma política de gestão partir da tríade de ensino, pesquisa e extensão, endossada pela alta administração. Dessa forma, a RSU exige uma “coerência institucional permanente en todos los procesos organizacionales”³ (VALLAEYS, 2014, p. 110), alinhando o discurso à prática.

Dentre a legislação educacional do Brasil, é possível identificar tópicos que endossam a RSU como prática necessária às instituições, a começar pela Constituição Federal de 1988 (CF) que se refere à educação como um dos direitos sociais garantidos constitucionalmente. Já o art. 205 da Carta Magna, o primeiro do Capítulo III, dedicado à educação, cultura e desporto, vaticina: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2023).

Também, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), onde encontram-se as premissas relativas à educação superior, nos incisos II e VI do art. 43º, que trata das finalidades da educação superior, a seguir transcritos:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

[...]

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a **participação no desenvolvimento da sociedade brasileira**, e colaborar na sua formação contínua.

[...]

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, **prestar serviços especializados à comunidade** e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. (BRASIL, 1996. Grifos nossos).

Portanto, nota-se que entre as expectativas legais da formação universitária, encontram-se aquelas relacionadas à prática social e a participação no desenvolvimento da sociedade. Além das considerações da CF e da LDB, as instituições de ensino superior (IES) são avaliadas sob

3 Uma coerência institucional permanente em todos os processos organizacionais. (Tradução nossa).

critérios específicos, estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que possui tópico específico sobre responsabilidade social. O SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Atualmente, a avaliação da educação superior dá-se conforme portaria MEC nº 40/2007 a partir da orientação do SINAES. A RSU é um dos aspectos avaliados pelo SINAES, constante nas dimensões avaliativas a partir de 2004. Sobre isso, Calderón, Pedro e Vargas (2011 p. 1187) afirmam que “com o SINAES [...] o que era mera tendência do mercado de Educação Superior [...] agora assume o caráter de obrigação institucional diante da normativa estatal”.

A responsabilidade social, antes implícita na legislação da avaliação do Ensino Superior, passa a ser uma das dimensões que constituem o SINAES, além de estar presente desde seus objetivos e, vinculada diretamente à qualidade do Ensino Superior, como observa Peixoto (2014). Conforme redação dada pelo art. 1º, parágrafo 1º, da Lei do SINAES:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e **responsabilidades sociais** das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, grifos nossos).

Segundo Barros e Freire (2009, p. 900), “a dimensão III do SINAES com foco na responsabilidade social é fundamental para a IES, por promover e estimular a participação, o compromisso e o retorno do conhecimento”. A RSU, ou seja, a responsabilidade social no âmbito das IES é descrita pelo SINAES a partir do texto do inciso III, do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a seguir descrita:

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Nota-se que a descrição sobre RSU do SINAES é abrangente, inserindo questões sociais, ambientais e referentes à cultura e à memória. Mas, ao mesmo tempo em que se estende a diversos assuntos, a definição não é acompanhada por instruções no que diz respeito à prática e a gestão da RSU pelas IES.

Calderón, Pedro e Vargas (2011) ao realizarem pesquisa bibliográfica sobre a temática, identificam que a RSU na realidade brasileira pode ser compreendida a partir de seis abordagens, a saber: a) tradição da universidade: quando há ações e iniciativas de RSU consolidadas nas atividades da instituição; b) tendência de mercado: quando a RSU surge para responder às expectativas de mercado e não necessariamente à vocação da IES; c) normatização estatal: característica ligada essencialmente às normativas estabelecidas pelo SINAES; d) estratégia de gestão das organizações: quando a RSU faz parte de um conjunto de instrumentos de gestão estratégica; e) valores para o desenvolvimento humano: quando a RSU se dá com vistas ao desenvolvimento humano, destacando-se a formação humana integral, impactando, inclusive, as matrizes curriculares e projetos pedagógicos; e f) a abordagem a partir dos projetos sociais e práticas de extensão: quando a RSU surge por meio de projetos de intervenção social que

contribuam efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, natureza essa que necessariamente diferencia tais projetos de ações assistencialistas.

No presente estudo, a abordagem de RSU a ser considerada é a última citada, que se refere às práticas extensionistas. Dessa forma, passaremos a tratar sobre este conceito a seguir.

A extensão universitária tem por objeto “promover a formação continuada, a qualificação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade local, regional, nacional e internacional por meio da oferta de programas, projetos, atividades e serviços” (UNILASALLE, 2014, p. 24). Na Universidade La Salle a extensão apresenta dois enfoques, sendo um acadêmico e outro comunitário. O enfoque acadêmico prevê ações práticas que são intermediadas pelo conhecimento, enquanto o comunitário encontra-se nos projetos que primam pela participação social (UNILASALLE, 2014).

O Ministério de Educação (MEC) exigiu que até 2023 todas as IES brasileiras atendam a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 7/2018, obrigando a inserção de 10% da carga horária dos cursos em que seja contemplado o desenvolvimento de projetos efetivos de retorno à comunidade. Neste sentido, a maioria das IES implementaram a Curricularização da Extensão, incluindo 10% de créditos em participação em projetos de extensão e em programas de extensão na matriz curricular, porém deve ser vista como algo maior do que a inclusão de ações de extensão no histórico escolar, mas sim como uma maneira inovadora de compreender os componentes curriculares, de forma a constituir-se de um ensino vivenciado conforme as demandas da comunidade e a práxis dos envolvidos (PEREIRA; VITORINI, 2019).

O desafio é relativamente complexo, tendo em vista a exigência de criação de modelos de ensino adequados às demandas das comunidades, sobretudo a necessidade de comprovar, com registros e evidências, o cumprimento da lei. Conforme Imperatore e Pedde (2015, p. 8):

Para além de novos arranjos didático-metodológicos, a discussão [da extensão universitária] é epistemológica, com vistas à construção de projetos sistêmicos, coesos e coerentes que deem conta das novas linguagens, imagens, lógicas, conceitos, experiências intersubjetivas, habilidades e competências cognitivas – convergência dos saberes necessária à institucionalização de uma nova mentalidade pedagógica, necessária ao atendimento das exigências da sociedade.

Sendo assim, torna-se imprescindível que as ações dos projetos de extensão contemplem uma perspectiva crítica em prol dessa nova mentalidade pedagógica, transcendendo os limites da comunidade acadêmica em prol da qualidade da sua ação junto à sociedade e ao desenvolvimento regional.

Metodologia

O presente estudo é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental. A pesquisa qualitativa se caracteriza a partir de sua possibilidade de revelação de fenômenos de dentro para fora, ou seja, a partir do ponto de vista das pessoas que dele participam. (FLICK; KARDORFF; STEINKE, 2004).

A abordagem qualitativa se certifica no campo da subjetividade e do simbolismo. No nível mais profundo dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores é que a abordagem qualitativa se expressa pela linguagem e vida cotidiana. Por trabalhar nesse nível

de intensidade é que ela pode ser empregada na compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis, devido ao seu grau de complexidade interna (MINAYO; SANCHES, 1993).

Já o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que permite investigar, a partir das ações de uma unidade social (seja um indivíduo, grupo social, empresas ou qualquer outra organização), buscando entender em profundidade, o fenômeno investigado, principalmente para responder questões do tipo “como” e “por que” (YIN, 2005). Para esse estudo, serão analisadas as iniciativas de RSU do Tecnosocial Unilasalle.

Quanto ao procedimento técnico utilizado, o estudo se apresenta como uma pesquisa com análise documental, técnica que consiste na obtenção de dados a partir de documentos já existentes e que não necessariamente sejam livros ou artigos científicos. A pesquisa documental pressupõe o acesso e análise de documentos como atas, relatórios, fotos, prospectos, entre outros registros que não tiveram origem na própria pesquisa, ou seja, são fontes secundárias de dados. Para a pesquisa em questão, serão analisados os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documentos orientadores das políticas e ações da Universidade La Salle (2020-2025), bem como dados da trajetória do Tecnosocial Unilasalle. A análise foi realizada por meio de uma análise qualitativa dos dados, tal como apresentado por Minayo (2012), a partir de uma interpretação de segunda ordem quando o material empírico sistematizado recebe uma nova leitura a partir da teorização, o que é apresentado na seção resultados e discussão deste artigo.

Resultados e discussões

O Tecnosocial Unilasalle teve seu início informal em 2003, por meio do apoio da Unilasalle, para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que queriam se desenvolver por meio dos preceitos da economia solidária. A economia solidária foi iniciada como resultado de uma crise econômica e social ocorrida no Brasil por volta de 1980 e 1990, caracterizada pela organização coletiva de pessoas em situação de desemprego. Por meio de capacitações, os coletivos aplicavam os princípios da economia solidária como a autogestão, a cooperação, a participação, a democracia, o desenvolvimento humano e o igualitarismo. Tais preceitos formam as bases para os empreendimentos econômicos solidários, os quais podem ser: grupos informais, associações, cooperativas, empresas recuperadas, entre outros (GAIGER, 2014). Sendo assim, a economia solidária pode ser compreendida como:

uma prática social que possibilita a geração de trabalho e renda de seus cooperados [ou associados], de forma igualitária e ética, sendo que os trabalhadores detêm a posse dos meios de produção e conduzem o seu trabalho na perspectiva da autogestão. Muitas são as iniciativas de economia solidária, sendo que na sua grande maioria, [há] a demanda de parcerias externas para a condução do seu trabalho, como é o caso das incubadoras universitárias de economia solidária (BORGES; SOUZA; SCHOLZ, 2019, p. 10).

A Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários Unilasalle, subdivisão do Tecnosocial, iniciou em 2007 quando da classificação do projeto “Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle”, daí sendo seu nome derivado. Ela simboliza o princípio de uma série de importantes projetos que a Unilasalle se responsabilizou perante órgãos de fomento governamentais, concluindo-os com êxito e envolvendo a comunidade, com

foco especial sobre catadores e catadoras de materiais recicláveis. O público-alvo, constituído de catadores e catadoras de materiais recicláveis, encontra-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Quadro 1 - Síntese dos projetos sociais implementados pelo Tecnosocial Unilasalle

Projeto	Período	Duração	Pessoas Favorecidas	Fomento	Estudantes envolvidos	Valores envolvidos
<i>Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle</i>	2007-2013	72 meses	47 pessoas	FINEP	32	R\$ 400.000,00
<i>Projeto Espanha - Projeto Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local em Canoas e Região</i>	2010-2012	24 meses	200 pessoas + comunidade	FUNDACIÓN LA SALLE REGIÓN DE MURCIA	47	R\$ 1.200.000,00
<i>Projeto Sujeitos em Ação</i>	2012-2014	24 meses	70 pessoas	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	47	R\$ 119.000,00
<i>Projeto Catasol</i>	2012-2015	36 meses	130 pessoas	SENAES / MIN. DO TRABALHO	73	R\$ 747.000,00
<i>Incubação de Cooperativas</i>	2015 - 2017	36 meses	120 pessoas	CNPq	14	R\$ 120.000,00
<i>Etnometodologia na Incubação de Cooperativas</i>	2017-2019	24 meses	115 pessoas	CNPq	11	R\$ 92.000,00
<i>Memórias da Incubação Unilasalle</i>	2018-2024	36 meses	32 pessoas	FAPERGS	05	R\$ 15.000,00
<i>Total</i>	15 anos	252 meses de trabalho	714 pessoas diretamente favorecidas	6 fontes de fomento externo	229 estudantes diretamente envolvidos com os catadores/as	R\$ 2.693.000,00 captados e auditados utilizados nos projetos

Fonte: Documentos do Tecnosocial.

Ao analisar a trajetória do Tecnosocial, observa-se que foram desenvolvidos sete projetos de extensão tendo como público-alvo catadores e catadoras de materiais recicláveis. Esta população é caracterizada por exclusão social e invisibilidade (MOURA; DIAS; JUNQUEIRA, 2018), além de viverem em comunidades economicamente carentes e na periferia. Eles vivem da coleta, separação e triagem, enfardamento e venda de diversos produtos pós-consumo, o que resta do consumo como plásticos, garrafas pets e de vidro, papéis, isopor entre outros, na grande maioria sujos.

Os sete projetos de extensão implementados, favoreceram 714 pessoas nos 15 anos de implementação. Com fomento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle (2007-2013) aplicou a metodologia da incubação junto a cooperativas de Canoas/RS, por meio de acompanhamentos sistemáticos aos coletivos. O processo com os grupos inicia-se pela fase de pré incubação, a qual abrange a construção conjunta com os membros de um diagnóstico, verificação da viabilidade e assessoria jurídica. Quando os grupos tem clara a proposta e se engajam coletivamente, passa-se à fase de incubação em si, caracterizada pela presença periódica da incubadora nos empreendimentos, acompanhando as metas, realizando capacitações, mentorias e ajudando a desenvolver o potencial da equipe, respeitando as suas decisões e as características. Finaliza-se com o processo de pós incubação quando a incubadora acompanha os processos e resultados da cooperativa de maneira menos intensa. Neste projeto cinco cooperativas de reciclagem, uma cooperativa de alimentos e uma associação de artesãos foram beneficiadas. Salienta-se que os princípios da economia solidária de autogestão, decisão coletiva e solidariedade foram ressaltados em todas as ocasiões. A equipe do Tecnosocial envolvida aprendeu bastante neste processo, pois o êxito dependeu do respeito à comunidade e da responsabilidade dos coletivos e desta equipe, tal como especificado por Morin (2014).

Em segundo lugar, o Projeto Espanha - Projeto Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local em Canoas e Região, teve fomento da Fundación La Salle (Región de Murcia), com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento regional por meio do apoio a setores populares da comunidade como empreendimentos coletivos para geração de renda. Para isso, foi realizada a gestão da construção física de dois prédios (um no Bairro Guajuviras e outro no Bairro Mathias Velho) para serem utilizados para estruturação de coletivos, dotados de cozinhas, sala de reuniões, local de exposição de produtos, etc. Ao final do projeto, os prédios passaram para a gestão municipal. Salienta-se que na época da pandemia, os prédios serviram como locais centrais para vacinação e atendimento à comunidade. Neste projeto há evidência de uma contribuição da universidade ao desenvolvimento econômico e social da comunidade canoense, tal como informado por Barros e Freire (2009) a respeito da dimensão III do SINAIS.

O terceiro projeto, denominado Sujeitos em Ação, teve fomento da Caixa Econômica Federal e teve por objetivo proporcionar melhores condições de trabalho, desenvolvimento social e aumento na geração de renda em duas cooperativas de reciclagem de Canoas/RS. Neste projeto foi aplicada a metodologia da incubação apresentada anteriormente, finalizando-se com ambas as cooperativas na fase de pós incubação. Este projeto evidencia que a abordagem que estimulou esta ação de RSU se refere àquela que surge por meio de projetos de intervenção social provocadas por problemas emergentes da sociedade (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

O quarto foi o Projeto Catasol, voltado para catadores individuais e coletivos, a fim de capacitá-los para o trabalho coletivo e formar uma rede de comercialização solidária de resíduos sólidos. Foram abordados catadores individuais e de cooperativas da região e iniciado o processo de organização da Coopercan (Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas). A metodologia da incubação também foi adotada nesta central de cooperativas. Neste projeto fica clara a abordagem de RSU voltada para o enfrentamento de problemas concretos por meio de práticas de extensão intervencionistas, distintas de ações de cunho assistencial (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

O quinto projeto implementado, com fomento do CNPq, foi denominado Incubação de Cooperativas, o qual aprofundou a incubação que vinha sendo realizada a partir do aumento da complexidade na gestão dos grupos acompanhados e na quantidade das cooperativas, bem como o aprofundamento na organização da Coopercan como uma cooperativa de segundo grau. Este projeto é caracterizado como de extensão com enfoque comunitário (UNILASALLE, 2014), pois as condições para os resultados atingidos no projeto foram a participação social e a crença que os grupos são detentores das soluções dos próprios problemas.

O projeto Etnometodologia na Incubação de Cooperativas teve o objetivo de consolidar aparato teórico-metodológico interdisciplinar, avançando a partir da etnometodologia, sobre as práticas da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) atuantes no contexto da reciclagem de resíduos sólidos em três municípios do Rio Grande do Sul. A originalidade desta proposta, reconhece residuiu no uso da abordagem da etnometodologia, segundo a qual busca-se descobrir quais os métodos que as pessoas utilizam para construir sua realidade social (GARFINKEL, 1967), ou seja, como elas fazem ações relacionais dentro dos coletivos de maneira local, endógena dentro suas cooperativas. Neste projeto, a metodologia de incubação até então aplicada foi aprofundada, caracterizada pela presencialidade dos técnicos do Tecnosocial dentro das cooperativas. A nova metodologia denominada Etnometodologia na Incubação de Coletivos foi reconhecida pela certificação no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2021, evidenciando o caráter inovador do projeto. Ele inaugurou um avanço nos projetos considerando elementos teóricos aplicados à prática, em consonância antecipada com o entendimento da Curricularização da Extensão (PEREIRA; VITORINI, 2019).

Em seguida, o projeto Memórias da Incubação Unilasalle também se destaca pela aplicação prática de elementos teóricos (PEREIRA; VITORINI, 2019) como o entendimento da memória social e memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Este projeto, com fomento da Fapergs, objetiva apresentar uma sistematização dos resultados dos projetos anteriores a fim de construir a memória na incubação do Tecnosocial. Salienta-se que o andamento do projeto sofreu com as restrições derivadas da pandemia (2020-2021), mesmo assim gerou vários resultados como livros e artigos científicos publicados. O que chama a atenção é a importância que os coletivos envolvidos tem dado para o registro de suas memórias que servem para a consolidação das respectivas identidades que são compartilhadas.

Enfim, foram projetos que trabalharam assessoria à gestão, fortalecimento aos princípios da economia solidária e das cooperativas, oficinas de psicoeducação, fortalecimento grupal, entre outras. O modus operandi desses projetos envolve trabalhos e oficinas *in loco*, em diversas cooperativas de reciclagem e associações, lixões, ruas, enfim onde os/as catadores e catadoras se encontram. Trabalham técnicos da Unilasalle, professores e professoras e os alunos e alunas envolvidos em cada projeto. Encontram ambientes que proporcionam ricas experiências em termos de conhecer e intervir em duras realidades e histórias de vida, podendo aplicar conhecimentos de todos os cursos.

Diante destas evidências, concorda-se com Schwartzman (2005) e Pinto (2013) que a realização de ações pontuais não configura a responsabilidade social. Além disso, por meio da práxis dos envolvidos, contemplando comunidade e equipe do Tecnosocial, o ensino ocorreu na prática, na vivência dos alunos e alunas, segundo as demandas da comunidade nestes projetos de extensão (PEREIRA; VITORINI, 2019). Os futuros profissionais, que passaram por estes

projetos, tiveram a oportunidade de prestar serviços especializados à comunidade e indiretamente à sociedade brasileira, como recomendado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Ademais, no contexto dos projetos de extensão em tela, saíram transformados não somente os catadores e catadoras, mas também alunos e alunas, professores e professoras e técnicos e técnicas do Tecnosocial, sendo implementadas verdadeiras políticas de gestão amparadas na tríade ensino, pesquisa e extensão, com apoio da administração e com fomento governamental (VALLAEYS, 2014).

Outro aspecto suscitado pelos projetos de extensão analisados, é que eles fizeram emergir com mais força a RSU na IES, uma vez que eles se caracterizaram como projetos de intervenção social que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, nomeadamente o problema do excesso de 'lixo' resultante do consumo e o problema de vulnerabilidade social do público alvo, natureza essa que necessariamente diferencia tais projetos de ações assistencialistas (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Os sete projetos de extensão apresentados, demonstram também a presença de uma coerência institucional permanente por parte da Universidade La Salle, elemento essencial para a RSU, tal como preconizado por Vallaeys (2014). Essa coerência institucional não surge ao acaso e nem é produto da boa vontade da reitoria, mas sim fruto de mais de 300 anos da filosofia lasallista cristã, conforme a tradição da universidade, configurando-se em ações de RSU consolidadas nas atividades da IES (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle na comunidade e sua relação com a RSU. Foram apresentadas as memórias de sete projetos de extensão implementados junto a catadores de materiais recicláveis que favoreceram 714 pessoas em 15 anos de implementação em cooperativas e associações.

Nestes projetos técnicos da Unilasalle, professores e professoras e os alunos e alunas encontram ambientes que proporcionam ricas experiências em termos de conhecer e intervir em duras realidades e histórias de vida, podendo aplicar conhecimentos de todos os cursos. O ensino ocorreu na prática, na vivência dos alunos e alunas segundo as demandas da comunidade nestes projetos de extensão.

Os resultados das análises indicam que foram implementadas verdadeiras políticas de gestão amparadas na tríade ensino, pesquisa e extensão, onde alunos e alunas, professores e professoras e técnicos e técnicas saíram transformados juntamente com o público trabalhado. Sendo assim, as memórias dos projetos sociais analisados evidenciam a presença da RSU na Universidade La Salle por meio de intervenções sociais que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, diferenciando-os de projetos assistencialistas, devido ao longo tempo de intervenção (15 anos), bem como ao aprofundamento da aliança e da confiança da IES com a comunidade, coerente com a filosofia lassalista.

Finalmente, as evidências indicam importantes resultados destes projetos sociais protagonizados pelo Tecnosocial Unilasalle e o impacto transformador que ele tem gerado,

levando em consideração a contribuição da universidade e demais entes envolvidos. Acredita-se na importância de desenvolver a comunidade, em suas diferentes esferas, a partir do envolvimento e engajamento das pessoas que vislumbram a auto independência social, ambiental e econômica, bem como o desenvolvimento do entorno onde estão inseridas.

Referências

BARROS, C. M. P.; FREIRE, J. C. **Responsabilidade Social Universitária: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral**, 2009.

BERTO, A. B. F. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva online: Humanas e Sociais Aplicadas**, Campos dos Goytacazes, RJ, v.1, n.2, p. 23-31, 2011.

BORGES, M. L.; SOUZA, R.; SCHOLZ, R. H. **Memórias e etnometodologia na incubação de empreendimentos solidários**. Canoas: Editora LaSalle, 2019.

BOWEN, H. B. **Social responsibilities of the businessman**. New York, USA: Harper & Row, 1953.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7**. Governo Federal. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação. 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface**, Botucatu, v.15, n. 39, p. 1185-1198, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n39/a17v15n39.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FLICK, U.; KARDORFF, E.; STEINKE, I. **A Companion to Qualitative Research**. Sage Publications, London, 2004.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211–228, 2013. Disponível em: <https://www>.

scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/abstract/?lang=pt Acesso em: 01 dez. 2023.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1967.

GOUVEIA, V. V.; VASCONCELOS, T. C.; QUEIROGA, F.; FRANÇA, M. L. P.; OLIVEIRA, S. F. A dimensão social da responsabilidade pessoal. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 2, p. 123-131, 2003.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: Questões Estruturais e Conjunturais de uma Política Pública. In: **XIII Congresso Latinoamericano D Extensión Universitaria, 2015, La Habana**. XIII Congreso Latinoamericano D Extensión Universitaria. HABANA, 2015.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/> Acesso em: 11 dez. 2023.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 dez. 2023.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MOURA, L. R.; DIAS, S. L. F. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, n. 21, p. 1-20, 2018.

PEIXOTO, A. V. L. **Responsabilidade social na educação superior: concepção e prática nas instituições particulares de educação superior do Estado de Alagoas**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação. Universidade Cidade de São Paulo, 2014.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047> Acesso em: 01 dez. 2023.

PINTO, M. M. Responsabilidade Social e Educação Universitária. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 105-137, 2013.

SCHWARTZMAN, J. Responsabilidade social no ensino superior. **Revista Estudos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, v. 23, n. 34, p. 47-53, 2005.

SILVA, I. A. da. **Educação socialmente responsável:** expressões no ensino de graduação em universidade comunitária. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2014.

UNILASALLE. **Universidade La Salle. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** 2018.

VALLAEYS, F. La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo contra la mercantilización. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**. México, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.